

Paisagem: as modificações através do turismo de segundas residências nas praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga – Conde/PB, Brasil

Ilana Barreto Kiyotani¹

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo: A partir do conceito de paisagem, apresentam-se aqui os impactos que o turismo promove. O turismo tem mudado o ideário de lazer e prazer, do ócio, e tornou-se uma das maiores fontes da economia global, tendo alterado também o espaço físico. Aqui estão analisadas as segundas residências. Intensamente presente no nordeste do Brasil, esse tipo de turismo tem chamado a atenção de pesquisadores por seu poder de consumir os locais onde se insere, modificando, e muitas vezes degradando, o meio e a paisagem. O artigo é baseado na pesquisa de mestrado da presente autora, trazendo aqui parte das reflexões e conclusões desta, onde foram estudadas as alterações ocorridas nas três praias de maior ocorrência das segundas residências no litoral do Estado da Paraíba. Como metodologia utilizou-se: pesquisas bibliográficas e de campo, somadas às análises de fotografias aéreas e imagem de satélite.

Palavras-chave: Paisagem; turismo de segundas residências; litoral sul paraibano.

Introdução

Em nosso século emergiu uma nova modalidade de deslocamento através do planeta: o turismo. Fruto da sociedade industrial e das conquistas sociais, o período anual de descanso pelos que a ele tem acesso, vem sendo aproveitado, cada vez mais, para realização de viagens, alimentando dessa forma, os fluxos de pessoas que se deslocam a pequenas, médias e longas distâncias. (CONTI, 2002, p.21)

O deslocamento mencionado por Conti (2002) e, conseqüentemente, a apropriação do espaço pelos que por ele passam, é o que faz do turismo uma atividade extremamente vinculada à geografia. É no espaço geográfico que o turismo vai desenvolver-se e configurar-se; é esse espaço também que será, por sua vez, alterado, consumido e modificado pelo turismo. Conti (2002, p.17) explica: a geografia, como ciência do espaço terrestre, é uma reflexão sobre a natureza ocupada pelo homem, ou seja, o meio transformado para abrigá-lo e permiti-lhe a sobrevivência em sociedade.

Dentro do espaço geográfico, será discutido aqui um conceito a ele atrelado, a paisagem. A modificação da paisagem está bastante vinculada à ocupação e modificação do espaço pelo turismo e suas conseqüências. Após a discussão do conceito

¹Professora do Departamento de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Geografia pela UFPB (2011); Especialista em Análise Ambiental pela UFPR (2008) e Bacharel em Turismo pela UFPB (2006). Contato: ilana.kiyotani2@gmail.com.

de paisagem, será apresentada uma leitura sobre a modificação sofrida pelas mesmas através processo de ocupação turística. Posteriormente se debate a transformação da paisagem litorânea brasileira advinda da atividade turística e em seguida traçando as implicações desta no litoral sul do estado da Paraíba.

Paisagem: o que muda com o turismo

A paisagem talvez seja a categoria geográfica mais discutida desde o reconhecimento desta ciência, aquela que muitos autores pontuam como o ponto inicial da ciência geográfica. Entretanto, apesar de tão debatido, esse conceito é bastante abstrato, muitas são as definições, sem haver consenso. Bertrand (2004, p.141) diria que este conceito é “impreciso e, por isso mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu bel prazer, na maior parte das vezes anexando um qualitativo de restrição que altera seu sentido”.

No início a percepção de paisagem adotada pelos geógrafos era mais voltada para a descrição da fisionomia natural do local: morfologia, hidrografia, vegetação, etc. Com o tempo, agregou-se a esta percepção um olhar menos racional, onde a paisagem revela não só formas físicas como também as advindas da produção sócio-cultural. Atualmente, o conceito de paisagem, congrega os dois aspectos, o antrópico e o físico, e suas constantes interações.

Os estudos da paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre, foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas. (SALGUERO, 201, p.41)

O geógrafo francês Georges Bertrand é um dos autores mais citados quando o assunto é paisagem; é nele também que se encontrou o conceito mais simples, e ao mesmo tempo completo, para nortear esse trabalho. Em 1968, Bertrand concebeu paisagem como “uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

Agregando o importante fator tempo (histórico), Lombardo e Casella (1997, p.92) baseados em Rodrigues (1993), definem paisagem como “um sistema territorial composto por diferentes componentes formados a partir da influência dos processos naturais e da atividade modificadora da sociedade humana, que se encontram em permanente interação e que se desenvolvem historicamente”. A dinâmica da paisagem aparece nos estudos do autor Bolós revisados por Guerra e Marçal que afirmam: a paisagem, em sua abordagem sistêmica e complexa, será sempre dinâmica e compreendida como o somatório das inter-relações entre os elementos físicos e biológicos que formam a natureza e as intervenções da sociedade no tempo e no espaço, em constante transformação. (GUERRA & MARÇAL, 2006, p.97-98)

O processo histórico, incorporado aos conceitos, guarda consigo sinais de como aquela paisagem foi se desenvolvendo: as marcas dos homens, dos processos naturais; as mudanças culturais, tecnológicas, climáticas, geológicas, oceânicas; etc. A paisagem é, enfim, o retrato de certa porção do espaço que abrange todos os elementos contidos neste, direta ou indiretamente, em um dado momento.

A paisagem também é significado e impõe significância para o homem, sob essa óptica, aborda-se aqui outra perspectiva para o conceito, sua concepção holística. Essa visão holística diz respeito a prezar mais pelo todo para que com isso se possa conhecer realmente as partes. Significa que o coletivo se sobrepõe ao individual, pois os processos sofridos nas paisagens hoje pertencem a um mundo globalizado onde tudo está entrelaçado, transcende a um movimento pontual, local. (NAVEH, 2000)

Não que o todo seja melhor que a parte, ou que o global deva ser mais valorizado que o local, mas que é necessário existir um equilíbrio, pois no mundo contemporâneo vive-se muito de especificações, delimitando assim o campo perceptivo e analítico das pessoas. É necessário entender que uma ação local pode transformar-se em uma consequência global e que uma ação global certamente trará consequências locais.

Entender o todo indica entender o processo, por isso esta visão da paisagem tem ligação com a Teoria Sistêmica de Bertalanffy. Neste processo de construção e percepção da paisagem deve ser levado em consideração a cultura e os costumes locais e globais, os processos naturais e sociais locais e globais, as relações financeiras locais e globais, pois todos estes fatores se influenciam mutuamente, tanto formando a paisagem como interferindo na percepção de seu observador.

Outro ponto discutido na concepção holística é o vínculo emocional do observador, como outrora mencionado, a paisagem sob esta visão passa a ser sentida. No sentir a paisagem, múltiplas variáveis são consideradas, como a experiência do observador, seja a acumulada durante toda sua vida, seja a experiência vivida com determinada paisagem; o estado de espírito em que ele se encontra naquele momento do contato com a paisagem; a relação emocional que o mesmo tem com a paisagem (positiva ou negativa), etc. (COLLOT, 1990)

Sobre avaliação da qualidade paisagística, Macedo (2002) diz que para atingi-la a paisagem precisa estar em equilíbrio ambiental, funcional e estético. A qualidade ambiental preocupa-se com as possibilidades e condições de vida e sobrevivência de todos os seres vivos e comunidades que ocupem o ambiente. A qualidade funcional é medida pelo grau de eficiência do lugar, ou seja, no tocante ao bom funcionamento da sociedade que dele desfruta – economia, educação, transporte, comunicação. O que é revelado durante a pesquisa nas três praias é que funcionalmente elas também não apresentam equilíbrio. Já a qualidade estética representa e deve estar congruente com os valores sociais de cada comunidade. No geral, percebe-se no litoral brasileiro que essa condição de qualidade paisagística é pouco vislumbrada.

Pires (1993, p.3250) engloba em sua pesquisa sobre qualidade paisagística o conceito de fragilidade (ou vulnerabilidade) da paisagem, que equivale ao “grau de susceptibilidade à deterioração mediante a incidência de determinadas atuações”. Quanto mais frágil a paisagem, mais vulnerável estará à descaracterização por meio de qualquer ação na área. Retira-se desse conceito ainda que quanto mais atrativa e visível a paisagem for, maior será seu grau de fragilidade, afinal estará propensa a atrair mais atividades/visitantes para si. Por exemplo, as dunas representam uma paisagem bastante bela e frágil, entretanto com a intervenção maciça do homem elas podem migrar para outro local, provocando o soterramento de casas e ruas e o assoreamento de rios e lagos, como está acontecendo na Lagoa do Abaeté, cartão postal da cidade de Salvador- BA.

Essas menções qualitativas fornecem instrumentos para se produzir um projeto intervencionista que proporcione um resultado final de acordo com as características e necessidades do lugar. O estudo de qualidade e fragilidade é importante para possibilitar a prescrição de restrições e proteção de uma área e, conseqüentemente, de níveis de uso

e ocupação. Assim as paisagens permaneceriam dentro do equilíbrio outrora mencionado.

Transformação do litoral brasileiro: a ocupação pelas segundas residências

Por toda a estratégia e facilidade de acesso, as áreas litorâneas foram desde o tempo da colonização sofrendo os primeiros processos de ocupação. Mas é a partir do século XX que sua estrutura vai conhecer modificações marcantes. Foi na então capital nacional, o Rio de Janeiro, que se deu o primeiro exemplo do **subúrbio de veraneio**, modelo de ocupação aqui trabalhado, que posteriormente foi expandindo-se por todo litoral.

O processo de ocupação do litoral brasileiro remonta ao início da colonização do país, mas se estrutura de forma especial a partir do século XX, quando nos subúrbios das grandes cidades costeiras se configura uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar de bairro ou subúrbio de veraneio. (...) Essas práticas sociais [os banhos de mar] induzem a formalização de dois tipos de ocupação urbana de característica residencial no litoral – o bairro ou subúrbio inserido dentro de um contexto urbano complexo, no caso cidades como Rio de Janeiro, Vitória ou Santos, ou o bairro de segunda residência, destinado basicamente a ser utilizado no período das férias de verão, ou nas épocas de grandes feriados. (MACEDO E PELLEGRINO, 1999, p. 157)

Esses bairros de segunda residência do século XX citados acima já iniciavam uma atividade que hoje configurar-se-ia como uma forma de praticar o turismo, o chamado veraneio ou turismo de segundas residências, que está presente em todos os estados litorâneos brasileiros, em maior ou menor grau.

Para facilitar o entendimento, cabe aqui apresentar algumas definições do que se configura como segunda residência para a academia. A partir da leitura de Tulik (2001) é possível conceituar as segundas residências, também chamadas de residência secundária, como: uma propriedade privada remetida ao lazer, situada em local dispare da moradia habitual, que abriga seus visitantes por períodos de finais de semana, feriados e férias.

Chama-se atenção também para o fator de vínculo territorial e social que se forma entre os moradores-visitantes pelo uso constante do mesmo espaço, assim, se estabelece uma ligação até mesmo afetiva (e de pertencimento) destes proprietários com o local da segunda residência.

Residências secundárias representam uma relação permanente entre a origem e o destino, uma vez que estabelecem regularidade entre saídas, chegadas e retornos. Ambos se complementam, pois se existem no emissor fatores que estimulam a procura por residências secundárias, o receptor detém características capazes de atrair, a ponto de justificar um vínculo territorial. (TULIK, 2001, p.10)

Em geral, o campo emissor está próximo do receptor. Assim como acontece nas praias aqui estudadas, é comum que os usuários das segundas residências habitem em um raio de distância que possibilite rápido deslocamento até sua residência de lazer. Além disso, as segundas residências têm sua escolha condicionada principalmente pelo bem-estar que determinado local proporciona aos seus proprietários. Por isso, a maioria dessas está em locais apazíveis aos olhos e com meio ambiente preservado (pelo menos no ato da compra), afinal os moradores pretendem “fugir” da degradação ambiental e paisagística dos grandes centros.

Em 2002, analisando outro momento das ocupações litorâneas, Silvio Soares Macedo apresentaria uma importante afirmação para os estudos do turismo de segundas residências,

A urbanização turística de segunda residência é, no início do século XXI, o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira, tanto em termos de escala e dimensão como em abrangência, já que corresponde a milhares de quilômetros, lineares ou não, de ocupação das faixas de terra lindeiras ao mar. (MACEDO, 2002, p.181)

É perceptível que o movimento turístico de segundas residências, muito forte no Brasil, cresceu rápida e vorazmente, tomou boa parte da linha de costa transformando-a, em alguns estados, praticamente em uma só cidade. Os impactos que esta ocupação vem causando são inúmeros: ambientais, culturais, sociais e econômicos. O que se vê é o descaso com as localidades que vão crescendo sem a menor estrutura e sem o menor planejamento. O poder público, os turistas e mesmo a sociedade local partilham a responsabilidade dos danos.

Na maioria dos casos, começa-se uma ocupação em meio a uma praia desprovida de qualquer infraestrutura, onde existe uma pequena comunidade de pescadores artesanais. Mesmo sem os lotes as pessoas começam a construir suas casas, algumas compram terrenos de propriedade de pescadores por valores irrisórios. Aos poucos vão se configurando os traçados das ruas e das quadras, até que o avanço das construções

chama a atenção do poder público que passa a lotear e taxar propriamente o espaço, tornando-o regularizado.

A praia que poucos anos atrás era um “paraíso” quase desconhecido projeta-se como objeto de desejo daqueles que vivem nas tumultuadas cidades que, em busca de sossego e bem-estar, correm em direção a estes novos lugares; cresce a especulação imobiliária e em poucos anos, provavelmente, o “paraíso” estará bem longe dali. Essa é uma história bastante conhecida no nordeste brasileiro, perdem-se de vista quantas cidades turísticas nasceram dessa forma: Porto Seguro – BA, Maragogi – AL, Porto de Galinhas – PE, Praia da Pipa – RN, Canoa Quebrada – CE.

Esses padrões de urbanização [de segundas residências] são apontados como principais fatores de destruição dos recursos paisagísticos e ambientais existentes na linha costeira, pois os diversos ecossistemas costeiros como manguezais, dunas e restinga, por exemplo, são extremamente suscetíveis à urbanização e quando fragmentados e drasticamente subdivididos tendem a desaparecer. Do mesmo modo, os recursos cênicos litorâneos, (...), ao serem ocupados e transformados, tem muitas vezes totalmente eliminadas as características que geram sua ocupação, com uma grande e definitiva perda de suas qualidades paisagísticas originais. (MACEDO e PELLEGRINO, 1999, p. 158-159)

Entre tornar-se conhecida e começar a degradar-se não é preciso muito tempo, com o fluxo maior do que a capacidade natural e de infraestrutura suportam, as localidades começam a saturar. Muita gente, muito lixo, muito carro; falta água, falta luz, faltam suprimentos. Nos períodos de férias, feriados e verão, as praias muitas vezes aumentam em cinco vezes o número de habitantes, as casas de veraneio se enchem. A infraestrutura que já não é suficiente para a população local, tende a não suportar o excedente, dessa forma, geralmente, o abastecimento de água torna-se irregular bem como o de iluminação.

A questão do lixo e do esgotamento sanitário é um problema constante para o meio ambiente, com tanta produção de resíduos nas casas, o lixo se acumula nas lixeiras, ruas e terrenos baldios. Como muitas localidades turísticas litorâneas não dispõem de rede de saneamento, as fossas sépticas são utilizadas, mas também não é difícil ver o esgoto correndo pelas ruas sem a menor preocupação com a saúde pública. Cabe aqui lembrar que o lixo e o esgoto comumente são lançados diretamente nos rios que cortam o local ou nos manguezais, sem contar o lixo deixado ali quando esses recursos recreativos são utilizados pelos turistas.

Outro problema precisa ser notado: as construções irregulares que degradam o meio ambiente e alteram a paisagem. Verifica-se que os loteamentos e, conseqüentemente, as construções avançam áreas de limites da marinha ou de preservação ambiental: dunas, falésias, margens de rios e mangues. Ou seja, o poder público torna-se conivente com essas ilegalidades, pois cabe a esse ente fiscalizar essas áreas e, principalmente, não torná-las regulares.

É notável a derrubada de matas ciliares, o aterro de manguezais, o assoreamento de rios, construção sobre dunas. Como consequência, espécies de flora e fauna nativas são atingidas e podem chegar à extinção, os ciclos da fauna se alteram e, algumas vezes, aqueles que da pesca dependem ficam sem sua fonte de renda. As paisagens naturais que antes eram o atrativo começam a se transformar chegando a certos casos de desgaste total, quando passa a não mais atrair os turistas.

O que fazer com o aumento das edificações? O que pode ser feito com o lixo – degradável ou não? Como facilitar o acesso destas mercadorias [espaços turísticos] sem destruir a “especificidade da área natural” considerada de qualidade para o turismo? É inevitável que ocupar densamente uma área implica alterar as condições anteriores, significa degradar as condições originais. (...) este “tipo” de consumo deveria não ser “destrutivo”. Deveria “preservar, conservar” a mercadoria que deu origem à atividade. Porém, contraditoriamente, destrói as condições que deram origem a esta mercantilização. (RODRIGUES, 1999, p. 60-61)

O exposto por Rodrigues (1999) não é visto apenas no Brasil, esse processo autofágico do turismo também é descrito por Llinas (1999), percebendo-se que o mesmo se multiplica por outras partes do globo:

El grave problema es que el turismo viene para observar un espacio (paisajes) y al mismo tiempo lo está ocupando (hoteles y apartamentos, residencias secundarias). Esto produce un conflicto de intereses, ya que cuanto más atractivo es el paisaje de un destino, mayor número de turistas acuden y, a mayor afluencia turística, mayor ocupación del territorio; y en consecuencia menor paisaje virgen para ser contemplado o visitado. Esto genera un fenómeno de autodestrucción del interés turístico de un espacio por su propio éxito turístico. Es la exigencia de planificar lo que se ha venido en llamar turismo sostenible. (LLINAS, 1999, p. 191)

Como falar tanto em sustentabilidade quando a própria produção turística leva a atividade à “falência”. Vem desse questionamento, a percepção de que o praticado está muito aquém do almejado turismo sustentável, nota-se que essa realidade é algo que só existe até então no papel. É preciso políticas públicas de ordenamento territorial, de

educação e de incentivos que beneficiem um turismo planejado e bem implantado, que melhore o ambiente de que faz uso e não o degrade, um turismo que saiba respeitar limites. A proliferação das segundas residências tem se tornado o indício de que os locais aonde chegam, em algum momento, serão drástica e negativamente modificados. No seu artigo sobre a Ilha de Malorca - Espanha, Llinas (1999) conta como o processo da ocupação pelo turismo deu-se nessa. Segundo o autor foi com o turismo de sol e mar que ocorreu o *boom* da atividade na região, mas também foi com ele que veio a depreciação, o consumo destrutivo das paisagens naturais, e assim do próprio atrativo turístico com a saturação da oferta, o decréscimo da demanda e a degradação do meio ambiente.

Mas a política de ocupação, resolvendo dar um basta no crescimento desordenado e na proliferação de equipamentos turísticos e de segundas residências, implantou uma série de leis que barraram tal crescimento e ainda criou zonas de proteção. O resultado foi o esperado: o turismo voltou a desenvolver-se, sem o aumento de residências ou hotéis, apenas no número de freqüentadores; estes mesmos se conscientizaram da proposta de preservação do meio ambiente e passaram a valorizá-lo. A ilha se reestruturou com base em uma política de desenvolvimento correta onde o meio ambiente e a paisagem são protegidos para continuarem admiráveis e com qualidade, assim sendo, continuam a atrair visitantes.

Este exemplo deveria sugerir um novo posicionamento da política brasileira, impondo limites e não dando incentivos para o crescimento desordenado da atividade turística em seu litoral. Perde-se muito da qualidade ambiental, cultural, da qualidade de vida, e, no fim, perde-se o que era para ser a fonte de renda. É preciso entender que impor ordem ao turismo não significa perda de cifras e sim ganho; entender que o propósito não pode ser o consumo desregrado, onde depois da oferta natural “acabar” (ter sido destruída) simplesmente parte-se em direção a praia ao lado - ainda com belezas “intocadas”, seguindo um ciclo vicioso.

Em um de seus vários artigos sobre o tema **turismo e paisagem**, Yázigi (2002, p.12) afirma: perde-se de vista que cada segmento da natureza aberto ao turismo dá vazão a uma urbanização tão desregrada quanto selvagem. E continua seu pensamento,

selvagem no sentido negativo da palavra, em suma: carecemos de uma política urbana consistente e coerente, na qual tanto turismo e cultura como preservação natural sejam indicadores corriqueiros de peso, compatíveis com a idéia de desenvolvimento. Ignorando a inserção desses valores espaciais como variáveis obrigatoriamente conectadas ao resto do planejamento, os planejadores acabam por desqualificar o território.

Método e Procedimentos Metodológicos

A pesquisa teve o método hipotético-dedutivo como base, onde se partiu de uma pergunta-chave (como?) e de uma hipótese (que o turismo de segundas residências vem degradando o meio e a paisagem local) e ao longo do trabalho procurou-se comprovar que a hipótese é válida e responder à pergunta (SPOSITO, 2004).

As técnicas de análise realizadas foram:

- ✓ Pesquisa bibliográfica sobre os temas pertinentes para embasar a análise: paisagem, qualidade da paisagem, meio ambiente, degradação ambiental, turismo, turismo de segundas residências, e bibliografia sobre o processo ocupacional da área;
- ✓ Visitas *in loco* para verificação e mapeamento dos problemas ambientais e das segundas residências, sendo também captadas fotografias ao longo dos dois anos de pesquisa;
- ✓ Entrevistas semi-abertas aos proprietários de segundas residências e gestores públicos municipais que tiveram como propósito avaliar as condições ambientais e as transformações paisagísticas identificadas por esses desde quando começaram a freqüentar a praia e/ou trabalhar no poder público municipal. Especificamente dos gestores públicos entrevistados se procurou saber quais as medidas tomadas para evitar ou mitigar os impactos ambientais e paisagísticos identificados. Foram realizadas 10 entrevistas em Jacumã, 08 em Carapibus e 07 em Tabatinga, proporcionalmente ao número de segundas residências ali encontradas. Quanto as realizadas com o poder público focou-se nos entes envolvidos com a questão, sendo entrevistados: o Secretário de Turismo Municipal, o responsável pelo Núcleo Administrativo de Jacumã (que abrange as três praias) e um representante da Secretaria de Planejamento;
- ✓ Análise de fotografias aéreas e imagens de satélite, que permitiram fazer a comparação entre os anos de 1985 e 2008, verificando como as segundas residências ocuparam e modificaram a área. As fotografias aéreas são de 1985, estão numa escala de 1:40.000 e foram adquiridas no Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da

Paraíba – INTERPA. Já a imagem de satélite é do ano de 2008, captada pelo Satélite Quick Bird e foi adquirida pelo Município do Conde.

Essa análise faz parte do trabalho de conclusão de mestrado da presente autora.

A análise dos resultados parte do princípio de que a atividade turística foi ocupando a área sem que o poder público agisse com fins de planejamento urbano, deixando de pôr em prática os instrumentos legais que condicionam essa ocupação (Plano Diretor, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Política Nacional do Meio Ambiente, Projeto Orla, etc.).

Analisando as modificações ocasionadas pelo turismo de segundas residências no litoral sul paraibano

O litoral sul do estado da Paraíba é o destino turístico mais procurado depois da própria capital, João Pessoa. A área aqui analisada refere-se às praias de maior concentração das segundas residências: Jacumã, Carapibus e Tabatinga. Essas três praias localizam-se no Município do Conde - pertencente à região da grande João Pessoa e distam cerca de 23 km da capital.

Até o início da década de 1980 a Praia de Jacumã era ocupada, prioritariamente, por pescadores cuja atividade de subsistência fazia-se artesanal, como parte da cultura da região, e as demais praias eram praticamente desocupadas. A partir da década seguinte pode-se observar um movimento de especuladores imobiliários no intuito de formar ali uma área de veraneio. O processo especulativo cresceu com o asfaltamento da Rodovia PB-18 que liga a capital do Estado ao litoral sul e pela política de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística, fomentada pela Prefeitura Municipal do Conde e pelo Governo do Estado da Paraíba.

A ocupação pela atividade turística de segundas residências começou lenta em meados dos anos de 1980, mas tornou-se massiva na última década do século XX, quando são instaladas as inúmeras casas de veraneio na Praia de Jacumã e praias vizinhas. A partir deste momento Jacumã passou a ter um processo de ocupação muito mais intenso em relação às demais praias do litoral sul paraibano, decorrente de um grande fluxo de veranistas e visitantes advindos principalmente de Campina Grande, Recife e João Pessoa.

A ocupação da área, bem como a expansão urbana, foi tomando forma com a presença dos turistas de segunda residência que estão intrinsecamente vinculados a criação do atual espaço urbano das praias estudadas. Foram as segundas residências que marcaram o início da urbanização local (começando por Jacumã), bem como a construção de empreendimentos e implantação de infraestrutura, que a deram forma urbana. Como consequência dessa apropriação do espaço da Praia de Jacumã e adjacências pelo turismo, surgiram os impactos que hoje são perceptíveis na área (social, ecológico, econômico, cultural e espacial), os quais interferem negativamente na paisagem local.

Analisando a qualidade da paisagem, baseando-se nos qualitativos fornecidos por Macedo (2002), percebe-se referente à qualidade ambiental, que fauna e flora foram e continuam sendo bastante modificados, influenciando na vida da sociedade: rios e mangues sendo poluídos prejudicando assim as espécies vivas nestas áreas e a pesca artesanal; as condições de saneamento básico encontradas na praia de Jacumã são precárias; as construções irregulares alteram o meio em todas as praias. O que é devastado no ambiente, implica de alguma forma nas condições de vida dos moradores e/ou visitantes, seja no bem-estar ou por prejudicar a economia do local.

Na qualidade funcional, existe um desequilíbrio entre as três praias, onde Jacumã concentra todo o potencial do comércio de bens e de serviços (alimentícios, bancários, educacionais e de segurança pública) e as demais praias não os oferecem, existindo a necessidade de constante deslocamento dos residentes secundários para suprir suas necessidades.

A qualidade estética, que vislumbra tanto a paisagem vista quanto o envolvimento afetivo/emocional que a mesma proporciona, apresenta um processo inverso ao anterior: enquanto Carapibus e Tabatinga permanecem em certo equilíbrio, Jacumã vem perdendo-a ao longo dos anos. Talvez por ter sido a primeira a ser ocupada e com isso a preocupação quanto ao ordenamento urbano ter se tornado falha ou mesmo por concentrar ali um número maior de atividades comerciais, tendo poupado as duas outras de construções do comércio local e fluxo para estes fins.

Os esgotos correndo a céu aberto, as ruas de barro em estado intransitável pelos buracos, o lixo acumulado em várias ruas e até na avenida principal, os congestionamentos em períodos de alta estação turística, tudo isso vem se somando e fazendo de Jacumã um local caótico (Fotos 1 e 2). A estética de Jacumã é prejudicada

ainda pelos bares construídos na beira-mar e na laguna costeira que empobrecem a paisagem, quebrando a beleza natural e impondo construções desordenadas que trazem consigo bastante sujeira durante os finais de semana, feriados e verão.

Foto1: Esgoto correndo a céu aberto – de Jacumã.



Fonte: Kiyotani, 2010.

Foto 2: Lixo acumulado na Avenida principal Jacumã.

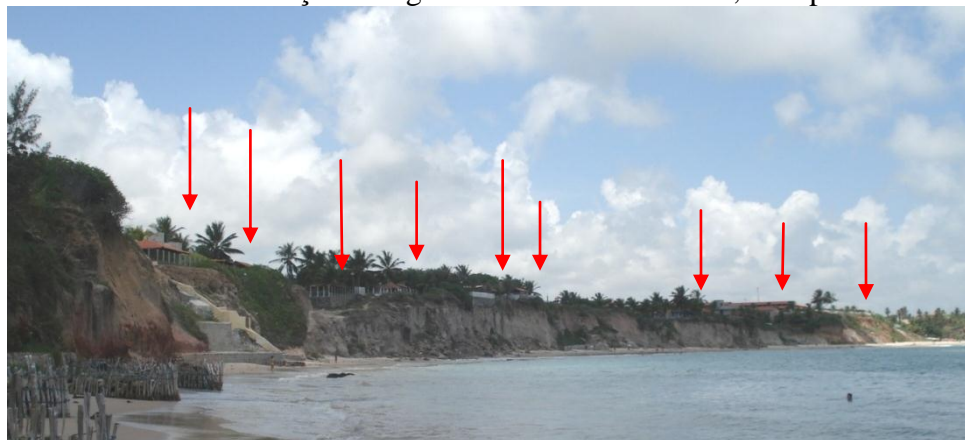


Fonte: Kiyotani, 2010.

As dificuldades enfrentadas em Jacumã trazem como consequência um retorno negativo da ligação que seus moradores e frequentadores têm com a praia, são muitas reclamações, insatisfação e descomprometimento. As pessoas que ali possuem uma propriedade demonstram não ter tanto vínculo emocional com a praia.

Já Carapibus tem como maior problema estético as várias construções na borda da falésia – 46 no total (algumas delas presentes na Foto 3 abaixo), que prejudicam paisagisticamente o visual da praia, e nos bares a beira-mar, que oferecem estrutura precária. Diferente de Jacumã, seus residentes secundários pronunciam-se satisfeitos até então e demonstram ter um sentimento bom pela praia que visitam.

Foto 3: Construções irregulares – borda de falésia, Carapibus.



Fonte: Kiyotani, 2010.

A praia de Tabatinga apresenta a melhor qualidade estética dentre as três. Tendo preservado mais a vegetação que as demais, possuindo apenas um bar a beira-mar que também está em área verde e promovendo várias campanhas de preservação ao meio, a praia conseguiu se destacar positivamente durante esta pesquisa. É importante citar o alto grau de envolvimento afetivo que os proprietários de segundas residências possuem com Tabatinga, a sensação de prazer em fazer parte daquele meio é nítida tanto em todos os entrevistados, como naqueles com os quais foi possível conviver nos dois anos de pesquisa *in loco*.

Dizer que as políticas de desenvolvimento do turismo nas praias estudadas vêm contribuindo e estão prezando por um meio ambiente equilibrado para todos, conforme sugere o conceito de desenvolvimento sustentável defendido pela atividade turística, é mascarar ações que infringem o bem de todos naquela área, afinal o poder público tem negligenciado o controle da situação ambiental daquela área.

Assim, com a degradação ambiental e as construções irregulares o litoral sul paraibano vem tendo sua paisagem transformada, ficando demonstrado a falta de planejamento e gestão pública, nesse caso a nível municipal: a falta de saneamento básico em grande parte de Jacumã; o saneamento por fossas nas praias de Jacumã e Carapibus, que não se sabe até que ponto está de acordo com os padrões ambientais necessários; as ruas de barro em condições precárias nas três praias, precisando de um nivelamento ou até o calçamento de algumas vias principais para acesso; o ordenamento e saneamento dos bares em área de praia em Jacumã e Carapibus, somado ao bar construído em plena

praça pública de Tabatinga; a melhor distribuição dos serviços necessários para o dia-a-dia (sejam públicos ou privados).

Conclusão

É preciso analisar o turismo da área como propulsor da forma e da vida urbana que ali existe. Ou seja, o turismo de segundas residências foi e continua sendo responsável pela configuração espacial das construções, incluindo nisso as modificações e degradações paisagísticas da área.

As praias que são prioritariamente ocupadas pela atividade turística, Carapibus e Tabatinga, têm seu espaço alterado com as construções das segundas residências e Jacumã tem visto seu espaço ser alterado cada vez mais com construções para atender a este fluxo de moradores temporários das três praias (além dos fixos de Jacumã). Esta afirmação se dá com base no processo de conversão de casas habitacionais em comerciais que tem sido visto na praia, toda a avenida principal, por exemplo, já se transformou em comércio, com exceção apenas dos prédios residenciais.

A pesquisa pode mostrar que as três praias sofreram e sofrem degradação ambiental e paisagística. Essa degradação é fruto, principalmente, de uma ocupação por segundas residências que vem se dando, desde seu princípio, de forma desordenada: sem um planejamento coeso e consistente (urbano, paisagístico, ambiental, social ou econômico) e sem uma gestão pública apropriada. O fato é que o turismo implantado até hoje na área degradou sim a paisagem, a empobrecendo e trazendo problemas ambientais.

Por fim, convém enfatizar a necessidade de um plano de desenvolvimento turístico sustentável para a área, que englobe questões de preservação dos recursos naturais, melhor distribuição do sistema de saúde, de segurança e de educação pública, projetos de ordenamento urbano e de reurbanização, investimento em marketing e uma fiscalização mais rigorosa em todas as construções da região.

Referências

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3389/2718>. Acesso em: 05/03/2010.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre as percepções da paisagem. **Boletim da Geografia Teorética**, vol.20 (39); p: 21-32. Rio Claro: Unesp, 1990.

CONTI, J.B. **A natureza nos caminhos do turismo**. In: RODRIGUES, A.A.B.. (Org.). Turismo e Meio Ambiente: Reflexões e Propostas. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LLINAS, Miguel Seguí. **El espacio turístico y su consumo en la Isla de Maollorca**. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LOMBARDO, Magda Adelaide; CASELLAS, Luana Lacaze. **Turismo Ambiental: o caso de Bombinhas (SC)**. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (org). Turismo e Ambiente: reflexões e propostas. 2ª Ed. São Paulo: Huctec, 1997.

MACEDO, Silvio Soares; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. **Do éden à cidade: transformação da paisagem litorânea brasileira**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade**. Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

_____, Silvio Soares. **Paisagem, turismo e litoral**. In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

NAVEH, Zev. What is holistic landscape ecology? A conceptual introduction. In: **Landscape and Urban Planning**. nº 50. p 7-26. (2000). Disponível em: www.elsevier.com/locate/landurbplan. Acesso em: 21/08/2009.

PIRES, Paulo dos Santos. **Procedimentos para análise da paisagem na avaliação de impactos ambientais**. In: Manual de Avaliação de Impactos Ambientais – MAIA. 2ª Ed. Curitiba: PIAB, 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALGUERO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Revista Finisterra**, ano XXXVI, vol. 72, p. 37-53. Lisboa, 2001.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: ROCA, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **A importância da paisagem**. In: _____. Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

_____, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 3^a ed. São Paulo: Global, 2003.